

Negociações raciais entre crianças: alcances e limites da teoria elisiana a partir da perspectiva de Frantz Fanon

Resultado de investigação finalizada.

GT 08- Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social

Liana Lewis

Palavras chave: Elias, Fanon, racismo

Resumo

Na obra *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Norbert Elias e Scotson argumentam que toda conformação social desenvolve estratégias de hierarquização grupal que vai além das distinções específicas como classe e raça. Em contraposição a esta perspectiva, o psiquiatra antilhano Frantz Fanon, na obra *pele Negra Máscaras Brancas*, argumenta a favor da categoria raça como fundante das relações sociais a partir do advento do colonialismo europeu.

A partir de uma pesquisa realizada em uma escola privada da cidade do Recife, no nordeste brasileiro, busco perceber como um grupo de crianças entre oito e nove anos de idade lança mão de estratégias de afirmação e negação da identidade racial a partir de personagens telenovelistas.

Introdução

A obra *Os Estabelecidos e Outsiders*, resultado de uma pesquisa realizada no final da década de 1950, trata de um estudo sobre padrões de exclusão que organizam os grupos sociais em atributos oposicionais. Lançando mão do conceito de configuração, Elias e Scotson argumentam que esta estrutura de exclusão pode ser verificada nas dinâmicas entre os diversos agrupamentos humanos, clamando por uma teoria geral das relações de poder. Winston Parva, comunidade fictícia da Inglaterra, é dividida em três zonas – A, B e C – onde a antiguidade de residência é o atributo utilizado para estabelecer as zonas simbólicas de exclusão. Apesar dos indicadores sociológicos da comunidade como renda, educação e ocupação serem relativamente homogêneos, para a população, ela estava claramente dividida através da distinção de antiguidade.

Através de rituais cotidianos de desautorização, especialmente das fofocas depreciativas em relação ao exogrupo, e elogiosas em relação ao endogrupo, os primeiros habitantes estabeleceram uma rede de informações onde os outsiders eram caracterizados como delinquentes, violentos, compondo uma comunidade desintegrada, sendo excluídos dos contatos não profissionais. Este “estigma de desonra coletiva” resulta em um equilíbrio instável de poder, com as tensões próprias.

Os autores sustentam a tese de que a dinâmica daquela pequena comunidade representa, na verdade, uma questão universal, qual seja, um dos grupos pensar-se como superior, fazendo com que os demais sintam-se inferiores:

Assim, encontrava-se ali, nessa pequena comunidade de Winston Parva, como que em miniatura, um tema humano universal. Vez por outra, podemos observar que os membros dos grupos mais poderosos que outros grupos interdependentes se pensam a si mesmos (se auto-representam) como humanamente superiores. (2000, p. 19)

Os padrões de hierarquização encontrados na comunidade ganham, de acordo com os autores, uma importância de generalização, que finda se sobrepondo a diferenciações identitárias:

Ali se encontrava, sob forma particularmente pura, uma fonte de diferenciais de poder entre grupos inter-relacionados que também desempenham um papel em muitos outros contextos sociais, mas que, nestes, muitas vezes se dissimula, aos olhos do observador, por outras

características marcantes dos grupos em questão, tais como a cor ou a classe social. (2000, p. 22)

Entre as diferenciações identitárias que são sobrepujadas pelo tipo de relação estabelecidos-outsiders encontramos as relações raciais. Os autores defendem a não existência de uma especificidade deste tipo de relação, sendo ela apenas mais uma forma de relação estabelecidos-outsiders:

As chamadas “relações raciais”, em outras palavras, simplesmente constituem relações de estabelecidos-outsiders de um tipo particular. O fato de os membros dos dois grupos diferirem em sua aparência física ou de os membros de um grupo falarem com um sotaque e uma fluência diferentes a língua em que ambos se expressam serve apenas como um sinal de reforço, que torna os membros do grupo *estigmatizado* mais fáceis de reconhecer em sua condição. Tampouco a denominação “preconceito racial” é particularmente adequada. A aversão, desprezo ou ódio que os membros de um grupo estabelecido sentem pelos de um grupo outsider, assim como o medo de que um contato mais estreito com estes últimos possa contaminá-los, não diferem nos casos em que os dois grupos são claramente distintos em sua aparência física e naqueles em que são fisicamente indistinguíveis, a ponto de os párias menos dotados de poder serem obrigados a usar uma insígnia que mostre sua identidade. Parece que os adjetivos como “racial” ou “étnico”, largamente utilizados nesse contexto, tanto na sociologia quanto na sociedade em geral, são sintomáticos de um ato ideológico de evitação. Ao empregá-los chama-se a atenção para um aspecto periférico dessas relações (por exemplo, as diferenças na cor de pele), enquanto se desviam os olhos daquilo que é central (por exemplo, os diferenciais de influência). (2000, p. 31, 32)

Argumentando que os mecanismos de hierarquização racial nada mais são do que um tipo particular de relação estabelecidos-outsiders, os autores desconsideram o aspecto histórico deste tipo de poder e seu alcance a nível global, o que a torna, para nós, um caso bastante particular em relação às outras formas de diferenciação. Neste sentido, na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* escrita também na década de 1950, o psiquiatra antilhano Frantz Fanon observa o caráter globalizante do racismo ao afirmar uma relação identitária interdependente entre as categorias negro e branco.

Para Fanon a violência colonial estabeleceu uma dinâmica de desumanização do negro e afirmação da superioridade branca. O branco torna-se norma e modelo de identificação estabelecendo as bases para um processo de desautorização que constitui a subjetividade de ambos os grupos raciais:

O negro quer ser branco. O branco inicia-se a assumir a condição de ser humano. (...)

O branco está fechado na sua brancura.

O negro na sua negrura.

Tentaremos determinar as tendências deste duplo narcisismo e as motivações que ele implica. (2008, p. 27)

Diferentemente de Elias, Fanon não busca estabelecer uma teoria universalizante. Sua perspectiva historiciza e abre espaço para as contingências sociais localizando esta forma de hierarquização em seu próprio tempo:

A arquitetura do presente trabalho situa-se na temporalidade. Todo problema humano exige ser considerado a partir do tempo. Sendo ideal que o presente sempre sirva para construir o futuro.

E esse futuro não é cósmico, é do meu século, do meu país, da minha existência. De modo algum pretendo preparar o mundo que me sucederá. Pertencço irredutivelmente à minha época. (2008, p. 29)

Ao contingenciar esta relação, Fanon nos adverte que precisamos estar atentos às formas específicas de racialização. O racismo surgiu como sistema de hierarquização a partir da empreitada do colonialismo europeu. Sob a égide da exclusão, as diferenças em termos físicos, sociais e culturais dos povos dominados adquiriram um formato estrutural de desautorização da humanidade plena. Tal desautorização, que ganhou um alcance global, vem persistindo ao longo dos séculos adquirindo novas configurações, mas mantendo sua característica ontológica.

No caso brasileiro, o racismo se apresenta, sobretudo, a partir de uma dinâmica através da qual não se revela de forma explícita, lançando mão de recursos metafóricos e metonímicos como forma de não se revelar explicitamente. Aqui temos o propalado mito da democracia racial que pressupõe uma relação horizontal entre os grupos raciais. Solo fértil para a legitimação deste mito é a ausência de mecanismos institucionais formais de segregação racial no Brasil e uma etiqueta do cotidiano que se presentifica muito mais a partir de figuras de linguagem do que de uma territorialização formal.

De acordo com Hasenbalg (2005), ao passo que este mito tenazmente se opõe às evidências de hierarquizações estruturais e estruturantes das condições de existência entre negros e brancos, finda por responsabilizar a própria população negra pelos infortúnios que demarcam lugares desempoderados do cotidiano. Para o autor, subjacente ao mito reside um pressuposto de branqueamento que se notabiliza pelo julgamento moral e demarcação de espaços de poder a partir das matizes da pigmentação da pele. Assim, as chances de ascensão social de um determinado indivíduo seriam inversamente proporcionais ao seu conteúdo melanínico. O ideário do embranquecimento resultou em um processo de negação racial da própria população negra em favor do pressuposto da normatividade branca e à própria elisão da categoria raça como constitutiva do ordenamento social, moral e econômico.

É situada dentro desta dinâmica que temos assistido ao longo da última década, no Brasil, a uma reclamação da comunidade negra de uma redefinição da política de identidade e projeto de sociedade. Neste sentido, o mito da democracia racial, apesar de hegemônico, não se reproduz sem contestação, sem um contra-discurso que lance as bases de uma nova comunidade imaginada e uma reclamação de um reposicionamento das instituições (entre elas, a midiática) em face da descontinuidade entre o discurso ideologizado (no sentido de falseamento da realidade) e as condições reais de existência da população negra. É neste contexto que a partir dos anos 90 existiu um empenho mais contundente do Movimento Negro em articular a sociedade civil (ONG's, igrejas, organizações de bairros, universidades, prefeituras) em torno de ações direcionadas à população negra. Este movimento resultou em uma reivindicação mais articulada de ações afirmativas que se constituem em medidas, através de políticas públicas, que busquem uma redistribuição de direitos simbólicos e materiais em relação à população negra (JACCOUD, 2002).

No que concerne à produção midiática, a concepção de ação afirmativa (sob a égide da heteronomia da cisão racial), tem contestado a forma como a alteridade, a constituição de um imaginário sobre o povo brasileiro e as relações de poder estabelecidas no cotidiano entre brancos e negros são representadas nos meios de comunicação de massa televisivos (ALMEIDA, 2007; ANDRADE, 2009; TAVARES). No entanto, as análises acadêmicas das representações raciais têm ficado especialmente circunscritas ao âmbito da produção, desconsiderando as formas como os grupos sociais, especialmente as crianças, se apropriam destes discursos negociando, através deles, as configurações das relações societais (neste sentido ver, por exemplo, ALMEIDA, 2007; ANDRADE, 2009; ARAÚJO, 2008; SODRÉ, 2000).

Os discursos sociais, através de diálogos socializantes, pronunciamentos parlamentares e programas de meios de comunicação de massa são imperativos na reprodução de lugares raciais hierarquizados. Estes discursos constituem elementos convincentes de atitudes estigmatizantes em relação aos grupos minoritários, especialmente à população negra. Esta supremacia permanece

como estrutura desde que a população branca se mantém de forma contínua e globalizada como detentora da máquina e saber midiático operando assim como agente direto da desigualdade racial (DIJK, 1996). De acordo com Teun van Dijk, é

[...] através de acesso especial e controle sobre os meios de discurso público e comunicação, que grupos ou instituições dominantes podem influenciar as estruturas do texto e fala de uma forma tal que, como resultado, o conhecimento, atitudes, normas, valores e ideologias do receptor são – mais ou menos indiretamente – afetadas pelos interesses do grupo dominante (DIJK, 1996, p.85).

No caso brasileiro um bem cultural, em especial, tem servido de aporte hegemônico de representações identitárias, um local de excelência na batalha de legitimação e contestação dos bens culturais: as telenovelas (ANDRADE, 2009). Como afirma Silvia Borelli (2001), em seu artigo “Telenovelas brasileiras balanços e perspectivas”, as telenovelas brasileiras se apresentam como “novelas verdade”, onde suas narrativas dizem apresentar a vida “real” dos brasileiros. Estes bens culturais, especialmente os da Rede Globo de Televisão (que, apesar de vir perdendo espaço para outras emissoras, continua sendo líder de audiência neste gênero) são narrativas melodramáticas seriadas, exibidas diariamente com exceção dos domingos, em um período que se estende de 6 a 9 meses. Sua estrutura narrativa, herdeira dos folhetins e rádio-novelas, apesar de direcionadas ao público feminino adulto, contempla o complexo familiar como um todo (ALMEIDA, 2007). É este alcance que faz das telenovelas um campo complexo e polissêmico de produção e decodificação cultural, apresentando-se como um espaço representacional de diálogo entre os vários segmentos sociais e reproduzindo a hierarquia racial.

Nesse estudo trabalhamos com o conceito de raça como

uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo do outro (HALL, 2005, p.63).

Crianças e negociações raciais

A pesquisa foi realizada em uma escola privada da cidade do Recife¹, de classe média, de constituição predominantemente branca, onde os pais são, em sua maioria médicos, juizes, engenheiros e professores universitários. Na pesquisa procuramos apreender como crianças negociam a identidade racial a partir das representações telenovelísticas, tomando estas como agentes de socialização.

A pesquisa consistiu em uma observação participante, onde as crianças eram observadas quando em seus vários espaços na escola: sala de aula, recreio, datas comemorativas. Ao final conduzimos um grupo focal para percebermos como as crianças negociam os estereótipos raciais telenovelísticos no grupo de pares. As observações ocorreram numa turma de 17 alunos do 4º ano do ensino fundamental, com idade entre 7 e 10 anos, sendo a maioria deles branca². A observação possibilitou posteriormente a escolha de um grupo focal com 7 crianças onde pudemos aprofundar as formas como as crianças lidam com a categoria raça.

¹ No intuito de observar a ética da pesquisa com crianças preservamos a confidencialidade através da modificação do nome da escola, bem como de todos os participantes. Também nos certificamos de não submeter as crianças a nenhuma pergunta que pudesse trazer qualquer constrangimento.

² Vale destacar que a classificação racial realizada nesse trabalho está de acordo com a classificação do IBGE, onde as cinco categorias mais utilizadas pelos entrevistados foram branca, preta, parda, amarela e indígena e 74% dos entrevistados tomam a cor da pele como elemento principal de definição da sua cor ou raça.

No contexto da relação professor/aluno, foi observada uma diferenciação do tratamento dispensado às crianças em relação à expectativa do desempenho escolar, atenção afetiva expressa através de carinho e repreensão diante de comportamentos inadequados das crianças. Nestes casos evidenciou-se uma predileção em relação às crianças brancas (consideradas como mais aptas intelectualmente, constituindo-se como alvos privilegiados do carinho da professora e não percebidas como propensas a irem contra as regras institucionais) em detrimento de um tratamento de menor valor em relação às negras (consideradas possuindo maior dificuldade de aprendizagem, sem acesso ao carinho da professora e percebidas como menos disciplinadas). Neste cotidiano pudemos perceber que as crianças negras são posicionadas em um sistema de distinção racial sendo frequentemente desvalorizadas por meio da violência simbólica, ou seja, da internalização da aceitação do lugar de autoridade do outro, hierarquizando as relações por meio de dispositivos não necessariamente físicos (BOURDIEU, 1989).

Entre as crianças, temos uma situação de segregação das atividades de socialização onde a gradação de cores implica em distinções de acesso às brincadeiras efetuadas pelos grupos de pares. Como exemplo, Rosa Coraline, garota preta de 10 anos, que tem sua fala constantemente interdita pelas outras crianças, tem sua participação com frequência boicotada pelo grupo de crianças brancas. Representativa, é a situação do jogo de totó³, sempre liderado por uma garota branca que interdita a participação de Rosa Coraline nas partidas que são bastante disputadas pelas crianças.

Em paralelo, existe uma explícita desvalorização do seu corpo, à medida que seu cabelo crespo já foi alvo de chacota da parte de um menino branco, além de não ser considerado desejável pelas outras garotas, havendo uma interdição em tocá-lo. Aqui podemos destacar o ritual de valorização da branquitude através do carinho no cabelo entre as garotas brancas e uma exclusão da sua participação nesse espaço de afirmação de gênero e raça.

Em relação ao garoto negro, temos como exemplo, uma desvalorização da sua intelectualidade. Em sala de aula, quando da execução de tarefas, um garoto branco pergunta, em tom pejorativo a Caio, uma criança negra de 9 anos, se ele sabe escrever, sendo que a pergunta em questão foi efetuada em tom de afirmação.

Estas etiquetas e estereótipos do cotidiano escolar encontram ressonância na forma como as personagens da telenovela pesquisada são representadas, operando como um mecanismo de afirmação mútua do lugar de exclusão da população negra. Durante o grupo focal⁴, na auto declaração racial, no caso das crianças que de forma inquestionável seriam percebidas pela população mais ampla como pretas, estas lançam mão de um recurso metonímico substituindo a cor preta por branco e pela categoria eufêmica “morena”. Ao perguntar a Caio qual seria sua cor, e diante de sua resposta “branco”, as crianças riem, demonstrando uma incoerência em relação ao seu grupo de pertencimento racial. Esta negação da negritude, tenazmente abordada por Frantz Fanon (2008), como valorização da norma branca constitui-se como um recurso recorrente nas telenovelas, onde as personagens negras são usualmente denominadas através de jogos de cores que insistem em negar a afirmação da raça negra.

A categoria “morena”, utilizada recorrentemente pela população no cotidiano, aparece com frequência na trama. Dentre as personagens negras, a de maior relevância, Dagmar, protagonizada pela atriz Cris Vianna, era denominada de morena, sendo a música tema desta personagem intitulada de “Flor Morena”. Quando da entrevista, Rosa Coraline se intitula morena, mesma denominação utilizada pelas garotas pardas do grupo focal, que em uma matriz fenotípica (cor de pele, textura de cabelo) se aproximam mais da raça branca.

O jogo identitário é atualizado a partir de um processo dialético de oposição ente pólos, onde na constituição do grupo de pertencimento, a presença do Outro é necessária como afirmação do *mesmo* através da alteridade (WOODWARD, 2002). Neste sentido, ainda no processo de auto

³ Jogo baseado no futebol, que consiste na manipulação de bonecos presos a manetes, permitindo “o jogo de futebol” numa mesa, podendo ser jogado de duas a quatro pessoas.

⁴ O grupo focal constituiu-se de 7 crianças, sendo 3 garotas pardas, uma preta, 2 garotos brancos e um preto. Foi efetuada no horário do recreio, em sala fechada para manter a privacidade das informações. É importante ressaltar que foi fornecida uma autorização por escrito dos responsáveis por cada criança.

declaração das crianças, Thiago, 9 anos, branco, se denomina de “todo branco”. Não existem metonímias, muito menos eufemismos para a afirmação da identidade branca, ao contrário ela é hiperdimensionada, atestando seu irrefutável caráter positivo.

No que diz respeito à preferência em relação às personagens, as crianças demonstraram uma valorização das características raciais brancas quando da descrição dos atores. Todas as crianças, sem exceção, afirmaram ser a personagem favorita Patrícia, representada pela atriz branca Adriana Birolli, onde foram destacados o cabelo liso, sutilmente ondulado, os olhos claros e a sua inteligência. Ana Beth, 9 anos, parda estabelece uma direta associação entre a beleza da atriz e o fenótipo racial. Quando indagada sobre o por que de Patrícia ser bonita, ela responde:

Ana Beth: É por causa do cabelo dela.

Pesquisadora: E como é o cabelo de Patrícia?

Ana Beth: Ele é meio liso em cima e cacheado em baixo.

Em sequência, é estabelecido um diálogo entre as crianças acerca da valorização do cabelo liso:

Pesquisadora: E as meninas o que é que vocês acham o que é um cabelo bonito?

Marina: Um cabelo brilhoso.

Pesquisadora: Sim, mais o que?

Marina: Cheiroso, liso. Não muito liso.

Júlio: Igual ao dele.

Thiago: É o meu é liso, desininhado.

Júlio: Passa o pente.

Pesquisadora: E o que é cabelo ininhado?

(nessa hora todos falam ao mesmo tempo)

Caio: É um cheio de nós.

Júlio: Parece uma ovelha.

Ana Beth: É feio.

Júlio: Como uma ovelha.

Maria: Eu acho cabelo bonito é cabelo sedoso, que não seja ininhado! E que seja brilhoso e liso.

Pesquisadora: Agora espere aí, se falou de cacheado, se falou de liso, mas ninguém falou de cabelo crespo.

Rosa Coraline: Vixe tia.

(Todos falam ao mesmo tempo em tom de repulsa ao cabelo crespo)

Pesquisadora: Cabelo crespo não é bonito não?

Maria: Tem certos penteados que podem fazer o cabelo crespo bonito.

Pesquisadora: Certo. Tipo o que?

Maria: Tipo... Um rabo de cavalo.

A exemplo deste diálogo, encontramos uma valorização das outras personagens brancas através de uma adjetivação positiva de seus corpos. Outra evidência de tal valorização foi a recordação das personagens brancas em contraposição ao esquecimento das personagens negras. As personagens negras não eram recordadas, quando a recordação acontecia através do estímulo das pesquisadoras (através da apresentação das imagens das personagens), estas não eram caracterizadas positivamente. A caracterização negativa pode ser evidenciada no diálogo a seguir quando mostramos a imagem da personagem negra Dagmar:

Caio: A mulher era gostosa? (Tom de ironia)

Júlio: Ela era negra.

Thiago: Ela era fedorenta, ela era chata.

A valorização dos personagens brancos também se dá através de sua adjetivação positiva, mesmo quando não ocupam lugar de destaque. Em relação estes personagens, nenhuma caracterização negativa foi utilizada. Já em relação aos personagens negros, a todas as crianças se referiram através de risadas e comentários depreciativos em relação ao fenótipo negro. Dessa forma, percebe-se que o ideário branco está presente nessas tramas e influencia diretamente na construção da identidade racial dessas crianças. Quando indagadas sobre Dona Zilá, personagem negra de Rosa Marya Collin, as crianças estabelecem o seguinte diálogo:

Pesquisadora: Essa daqui alguém sabe quem é?

(Risos de todos)

Thiago: É um monstro.

(Risos de todos)

Por que ela é um monstro?

Thiago: O cabelo dela parece uma montanha de fogo.

(Risos de todos)

Pesquisadora: O cabelo dela parece o que?

Thiago: Um monte de árvore de fogo.

(Muitos risos)

Pesquisadora: Vocês não lembram que é essa não?

Não.

(Todos)

Ana Beth: Eu não.

Maria: É uma barraqueira.

Ana Beth: Eu não conheço.

Rosa Coraline: Quem é tia?

Pesquisadora: Eu vou dizer o nome dela. O nome dela é Dona Zilá.

Maria: Dona o que? (Em tom pejorativo)

Conclusão

Esta redução negativa dos personagens negros a uma determinada característica, é o dispositivo conhecido como estereótipo. De acordo com Hall (2003), o estereótipo reduz e fixa a diferença como forma de conter a ansiedade diante do Outro. Nos diálogos das crianças evidenciou-se uma primazia do marcador de diferença racial como forma de categorizar os grupos humanos. A contínua reincidência desta hierarquização atesta que raça não se apresenta apenas como mais uma forma de relação estabelecidos/outsideers, como preconizado por Elias e Scotson. Raça adquiriu um status ontológico que permeia o imaginário dos vários agrupamentos humanos desde os primórdios da empreitada do colonialismo europeu. As várias instituições (midiática, escolar, judiciária, etc.), bem como os recursos simbólicos (literatura, discursos políticos, etc.) muito frequentemente utilizam a categoria raça como norteador das relações sociais. Como afirmado por Fanon, esta diferenciação constitui os brancos como humanos e os negros como fora do jogo dialético, só sendo possível a existência destes a partir da identificação com o branco. Como resultado, para Fanon, assim como observado nos diálogos das crianças, ser humano depende do grupo racial de pertencimento e esta ideia de pertença não se torna específica de nenhum agrupamento, ela nos constitui a todos, posicionando cotidianamente em dualismos de cores.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Heloisa Buarque de (2007) Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.15, n.1, p.177-192, jan./abr.

- ANDRADE, Danúbia (2009) Relações raciais na telenovela “Duas Caras”: Evilásio e Júlia: um romance inter-racial. *Revista Rumores*, São Paulo, v. 1, n. 6, s/p, set/dez.
- ARAÚJO, Joel Zito (2008) O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, n.3, set./dez.
- BORELLI, Silvia (2001) Telenovelas brasileiras balanços e perspectivas. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 29-36, jul.
- BOURDIEU, Pierre (1989) *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A.
- DIJK, Teun A. van (1996) Discourse, Power and Access. In :CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa ; COULTHARD, Malcolm. *Texts and Practices – Readings in Critical Discourse Analysis*. London/New York: Routledge.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. (2000) *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FANON, Frantz (2008) *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- FERNANDES, Florestan (2008) *A integração do negro na sociedade de classes*, v. 1. 5. ed. São Paulo: Globo.
- HALL, Stuart (2003) The Spectacle of the Other. In: HALL, Stuart. *Representation – Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage/The Open University.
- HALL, Stuart (2005) *A identidade cultural na pós - modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- HASENBALG, Carlos (2005) *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Editora UFMG/ IUPERJ.
- JACCOUD, Lucian Beghin (2002) *Desigualdades raciais no Brasil: um balance da intervenção governamental*. Brasília: IPEA.
- SODRÉ, Muniz (2000) *Claros e escuros – Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- TAVARES, Júlio César; FREITAS, Ricardo Oliveira de. Mídia & Etnicidade - Algumas considerações acerca da importância da ação afirmativa na [e para a] mídia brasileira. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 1, n. 31, p.01-25.
- WOODWARD, Kathryn (2002) ‘Concepts of Identity and Difference’. In: WOODWARD, Kathryn (Org.). *Identity and Difference*. Milton Keynes: Sage/Open University.